

DISPENSA Nº 06/2019

OBJETO: Contratação de empresa para realização de serviço de Transporte Escolar nos itinerários 32 e 33, conforme descrições dos itinerários em anexo.

CONTRATADO: ROGÉRIO L. POTHIN TRANSPORTES, CNPJ nº 07.940.768/0001-94, com sede na RSC 287, KM 139, nº 915, nesta cidade.

VALOR E PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, conforme segue:

ITINERÁRIO Nº 32: R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos) o km rodado totalizando R\$ 44.815,68 (quarenta e quatro mil, oitocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos) relativo a 117 dias letivos com 85,6 km diários;

ITINERÁRIO Nº 33: R\$ 4,27 (quatro reais e vinte e sete centavos) o km rodado totalizando R\$ 42.764,90 (quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos) relativo a 117 dias letivos com 85,5 km diários.

Perfazendo o total de R\$ 87.580,58 (oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05 03 12 361 0002 2025 3339039 vinc. 2005, 020, 2101 e 2002; 05 03 12 362 0002 2027 3339039 vinc. 2005, 020, 2101 e 2002; 05 03 12 365 0002 2024 3339039 vinc. vinc. 2005, 020, 2101 e 2002; 05 003 12 367 0002 2026 3339039 vinc. 2005, 020, 2101 e 2002.

PRAZO DO CONTRATO: Prazo de até 180 dias, a contar do dia 18/02/2019, podendo ser rescindido mediante aprovação da contratação dos Servidores – cargo de Motoristas para a atendimento do transporte escolar ou a realização de licitação pertinente para realização do serviço.

FISCAL DO CONTRATO: O fiscal do contrato será o servidor Alex Ellwanger.

JUSTIFICATIVA: Justificamos a dispensa de licitação, considerando:

- que a licitação dos itinerários do transporte escolar para o ano letivo de 2019, foi realizada no mês de janeiro de 2019, mediante Pregão nº 1 e 2;
- os itinerários 32 e 33, não foram licitados, tendo em vista a municipalidade possuir veículos, sendo encaminhado solicitação de contrato de dois motoristas ao Legislativo, para atender esta demanda;
- que a Secretaria Municipal de Educação possui veículos disponíveis para realização do transporte escolar, no entanto não possui servidor - cargo de Motorista para atender a



demanda. Encaminhando para tanto, Projeto de Lei, solicitando a contratação de dois servidores – cargo de Motoristas. No entanto os Projetos até o momento não foram aprovados pelo Legislativo;

- a urgência na contratação do serviço, tendo em vista que o Ano Letivo – aulas, iniciam no dia 18 de fevereiro de 2019, e que não há tempo hábil para realização de licitação ou efetivação dos contratos de motoristas, caso aprovados.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

Candelária, 14 de fevereiro de 2019.

NESTOR RUBEM ELLWANGER
Prefeito Municipal em exercício

Esta Dispensa de Licitação nº 06/19 foi revisada em 15 de fevereiro de 2019, e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

TANAELA ELLWANGER MULLER
Subprocuradora do Município
OAB-RS Nº 86.371

FRANCIÉLE SCHRÖDER
Procuradora-Geral do Município
OAB-RS 95.508



CONTRATO Nº _____/2019 - MINUTA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA E A EMPRESA ROGERIO L. POTHIN TRANSPORTES , CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019 E COM BASE NA LEI Nº 8.666/93.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, nesta cidade de Candelária, inscrito no CNPJ sob nº 87.568.911/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado **ROGERIO L. POTHIN TRANSPORTES**, CNPJ nº 07.940.768/0001-94, estabelecido no Rincão Comprido, em Candelária, neste ato representado pelo senhor **ROGÉRIO LUIZ POTHIN** portador do CPF nº 445.966.770-34 e RG Nº 2038905945 SSP/PC RS, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm por justo e acordado o presente Contrato de Prestação de Serviço de Transporte Escolar, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Contratado prestará ao Contratante, serviços de transporte escolar conforme o seguinte itinerário:

ITINERÁRIO 32

Manhã:

Saída da EEEF Professor Penedo segue pela Data do Ribeiro, indo pelo Rincão dos Barreiros, Rs 410 Até a entrada do Santa Fé seguindo até a propriedade de Fábio Pereira, retorna e segue até a entrada da propriedade de Lauri Soares da Cunha retornando e seguindo até a EMEF Percílio J. da Silveira. Segue até o Corredor dos Schultz até a chácara de do Srº Schunke e retorna pelo Rincão dos Barreiros para a EEEF Professor Penedo, EEEM Gastão Bragatti Lepage e EEEM Guia Lopes.

Meio Dia:

Saída da EEEM Lepage passando na EEEM Guia Lopes e EEEF Prof. Penedo, seguindo pelo Rincão dos Barreiros até a chácara do Srº Schunke de onde retorna e segue pelo



Corredor dos Schultz saindo na RS 410 em direção a cidade até a EEEF Prof. Penedo, EEEM Guia Lopes e EEEM Lepage.

Tardinha :

Saída da EEEM Lepage passando pela EEEM Guia Lopes e EEEF Prof. Penedo, seguindo pelo Rincão dos Barreiros, Corredor dos Schultz até a RS 410 e segue para a EEEf Professor Penedo.

Nº aproximado de alunos :EEEF Prof. Penedo: 26
EEEM Guia Lopes: 09
EEEM Lepage: 15
EMEF Percílio: 30

Percurso manhã: 36,600 Km

Frequência: 1 vez

Percurso meio dia: 25 Km

Frequência: 1 vez

Percurso tardinha: 25 Km

Frequência: 1 vez

Total do itinerário: 85,600Km

Turno: manhã e tarde

Quilometragem em via pavimentada: 43,600 Km

Quilometragem em via não pavimentada: 42 Km

ITINERÁRIO 33

Manhã:

Saída da entrada da Linha Palmeira passando pela EMEF Mário Vaz, indo até a propriedade de Marcos Dunke e retornando e entra no Corredor do Boqueirão em direção ao Faxinal dos Portos, até a EMEF General Daltro Filho , saindo em seguida em direção a Vila Botucaraí e entrando a direita no Corredor dos Butzke até a encruzilhada e retornando novamente em direção a Vila Botucaraí na EEEM Fábio Nackpar dos Santos.

Meio Dia:

Saída da EEEM Fábio Nackpar dos Santos, fazendo o mesmo itinerário ao inverso e quando chegando a entrada da Linha Palmeira segue pela RS 287 até a EEEM Fábio Nackpar dos Santos.

Tardinha:



Saída da EEEM Fábio Nackpar dos Santos, em direção ao Faxinal dos Portos entrando no Corredor dos Butzke até a encruzilhada e retorna a estrada geral em direção ao Faxinal dos Portos até a EMEF General Daltro Filho, retornando e seguindo pelo Corredor do Boqueirão , saindo na Linha Palmeira e passando pela EMEF Mário Vaz e retorna pela estrada geral até a entrada da Linha Palmeira com RS 287.

Nº aproximado de alunos: EEEM Fábio Nackpar: 110 alunos

EMEF Mário Vaz: 10 alunos

EMEF General D. Filho: 03 alunos

Percurso de manhã: 28,500 Km

Frequência: 1 vez

Percurso meio dia: 28,500 Km

Frequência: 1 vez

Percurso tardinha: 28,500 Km

Frequência: 1 vez

Total do Itinerário: 85,500 Km

Turno: Manhã e Tarde

Quilometragem em via não pavimentada: 80,500 Km

Quilometragem em via pavimentada: 5 Km

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações do contratado:

I-Transportar os estudantes, do local de embarque e desembarque na Escola onde estes estudarem, ida e volta, sendo que os mesmos deverão estar na Escola de 5 a 10 minutos antes do início das aulas, de modo que os alunos não cheguem atrasados, transportando-os com zelo, cuidado e presteza, assumindo, para tanto, as responsabilidades civis, administrativas e penais decorrentes deste transporte, obrigando-se a manter os alunos seguros na decorrência do contrato.

II - Submeter-se e obedecer as normas de transporte escolar estabelecidas na Lei Municipal nº 003/03, de 10 de fevereiro de 2003 e alterações, anexa a este edital.

III - Subcontratar os serviços SOMENTE mediante autorização expressa formal do Contratante.

IV - Somente será permitida a substituição do veículo vistoriado, em caso de comprovada vantagem e observância do interesse público, em especial da segurança dos estudantes. Essa substituição depende de expressa autorização do Contratante, demonstrada a vantagem através da apresentação de novos documentos e de nova vistoria.



V - Quando houver substituição do motorista, tal fato deverá ser comunicado previamente à SMED e apresentada a qualificação do mesmo, bem como o curso de habilitação, conforme resolução 57/98 do CONTRAN.

VI - Sujeitar seu(s) veículo(s) a vistorias trimestrais. A primeira vistoria será anterior à assinatura do contrato e as demais em datas a serem definidas posteriormente, onde para cada vistoria será emitido um laudo das condições de cada veículo (lataria, pneus, motor, caixa, instalação elétrica, freios, tacógrafo, equipamentos de segurança e demais exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro). A referida vistoria poderá ocorrer a qualquer momento, inclusive durante a realização do itinerário, sem aviso prévio aos contratados.

VII - Suportar oscilações para mais ou para menos no número de alunos a que se referem os itinerários, sem que isso afete a proposta e o cumprimento do contrato, no limite de 25% previsto no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

VIII - Quando o itinerário possuir mais alunos do que a carga máxima permitida do veículo, deve a contratada comunicar a municipalidade para que tome as providências cabíveis.

IX - O condutor de veículo destinado à condução de escolares deverá satisfazer os requisitos abaixo relacionados, conforme o art. 138 do Código Nacional de Trânsito:

- a) ter idade superior a vinte e um anos;
- b) ser habilitado na categoria D;
- c) não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- d) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

X - Fica expressamente proibido o transporte de passageiros que não sejam alunos escolares.

XI - O veículo destinado ao transporte dos alunos deverá possuir identificação externa do tipo FAIXA, escrito TRANSPORTE ESCOLAR, nos moldes estabelecidos pela Legislação de Trânsito e pela Lei Municipal 003/2003 e alterações.

XII - O contratado deverá obedecer as normas vigentes relacionadas ao trânsito e à prestação do serviço de Transporte Escolar, bem como as que vierem a ser promulgadas, ressalvada a revisão contratual dos valores, caso a nova legislação imponha custos adicionais não previstos no contrato originário.

XIII - O contratado responderá direta ou indiretamente, por qualquer dano causado ao contratante, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa.

XIV - Os veículos destinados ao transporte escolar deverão atender todas as características exigidas pela Lei Municipal 003/2003 e alterações, e pelo Código de Trânsito Brasileiro, sob pena de rejeição do mesmo, devendo nesse caso o contratado apresentar outro carro que o substitua. Caso não seja atendido o pedido de troca, será justificativa para rescisão do contrato e/ou não assinatura do mesmo.



XV - A contratada deverá apresentar os seguintes documentos, os quais fazem parte do presente contrato:

a) Documento de licenciamento do veículo dentro do seu período de validade, qual seja: 15 (quinze) anos para veículos tipo camionete e 20 (vinte) anos para veículos tipo ônibus e microônibus, a contar de suas respectivas fabricações;

b) Comprovante de pagamento do IPVA.

c) Bilhete seguro obrigatório DPVAT, dentro de seu período de validade;

d) Carteira de identidade;

e) Carteira de habilitação do motorista (carteira D ou E) compatível com o objeto da licitação

f) Curso de habilitação do motorista, nos termos dos arts. 138, V e 145, IV do CTB, e Resolução 57/98 (CONTRAN);

g) Laudo técnico de aprovação das condições do veículo, fornecido por engenheiro mecânico.

h) Certidão negativa criminal, da qual não poderá constar antecedentes por prática dos crimes de homicídio, roubo, estupro, atentado violento ao pudor, corrupção de menores e demais crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

DO PRAZO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

CLAUSULA TERCEIRA - O prazo do presente contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar vigorará por 180 dias a contar de 18/02/2019, podendo ser rescindido mediante aprovação da contratação dos Servidores – cargo de Motoristas para a atendimento do transporte escolar ou a realização de licitação pertinente para realização do serviço e, será fiscalizado pelo servidor Alex Ellwanger.

DO FORNECIMENTO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – Para a execução do presente contrato o Contratado fornecerá um Ônibus, previamente vistoriado e liberado pelo Engenheiro Mecânico, que atenda as Leis do transporte escolar e o Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA - A prestação de serviços de Transporte Escolar será efetuada no local previsto nos itinerários mencionados, devendo o contratante obedecer aos pontos de saída e de chegada ali previstos, bem como os horários estipulados.

CLÁUSULA SEXTA - Os serviços deverão ser executados quanto à frequência de acordo com o previsto em cada itinerário, adotando-se como base o calendário escolar de 2019, em anexo.



CLÁUSULA SÉTIMA - O itinerário, as datas e os horários poderão ser alterados de acordo com a necessidade da administração. As alterações que implicarem alteração de custos de prestação de serviços – redução ou aumento – serão objeto de aditivo contratual e repactuação dos valores, desde que o valor não seja alterado em mais de 25% do valor contratado. Também será objeto de aditamento contratual as alterações não eventuais de horários.

CLÁUSULA OITAVA - Independente do ano de fabricação, o Município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas pela legislação aplicável ou pelo Município.

DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA – Pela prestação dos serviços de transporte escolar, constantes na Cláusula Primeira, o Contratado fará *jus* ao pagamento mensal, mediante apresentação das respectivas RPA ao setor competente:

ITINERÁRIO Nº 32: R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos) o km rodado totalizando R\$ 44.815,68 (quarenta e quatro mil, oitocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos) relativo a 117 dias letivos com 85,6 km diários;

ITINERÁRIO Nº 33: R\$ 4,27 (quatro reais e vinte e sete centavos) o km rodado totalizando R\$ 42.764,90 (quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos) relativo a 117 dias letivos com 85,5 km diários.

Perfazendo o total de R\$ 87.580,58 (oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA - O valor contratado será pago mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, mediante comprovante de prestação de serviços peça contratada, junto à Prefeitura Municipal de Candelária e apresentação da Nota Fiscal, por intermédio da Tesouraria do Município, através da Dotação Orçamentária:

05 03 12 361 0002 2025 3339039 vinc. 2005, 020, 2101 e 2002;

05 03 12 362 0002 2027 3339039 vinc. 2005, 020, 2101 e 2002;

05 03 12 365 0002 2024 3339039 vinc. vinc. 2005, 020, 2101 e 2002;

05 003 12 367 0002 2026 3339039 vinc. 2005, 020, 2101 e 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O pagamento mensal do valor contratado ficará condicionado aos seguintes itens:



I - cumprimento das obrigações sociais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias decorrentes do contrato;

II - apresentação dos disquetes do tacógrafo (registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo), correspondente ao período do mês de transporte escolar;

III - regularidade das vistorias trimestrais, bem como das determinações expedidas pelo Engenheiro mecânico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Serão de inteira responsabilidade da Contratada as despesas referentes a encargos trabalhistas e previdenciários, relativos aos empregados sob sua dependência e administração, a teor do que dispõe o artigo 71, da Lei nº 8.666/93. A quitação dos referidos encargos deverá ser comprovada trimestralmente junto ao órgão contratante, sob pena de rescisão do contrato.

DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Conforme o art. 40, XIV, alínea “c” da Lei 8.666/93, o critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, será a aplicação do IGPM.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Caso haja alteração imprevisível no custo da prestação do serviço, caberá ao contratado requerer e demonstrar documentalmente, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com fundamento no artigo 65, II, ‘d’ da Lei 8.666/93.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O Contrato poderá ser rescindido mediante aprovação da contratação dos Servidores – cargo de Motoristas para a atendimento do transporte escolar ou a realização de licitação pertinente para realização do serviço. O Município fica autorizado a rescindir o contrato a qualquer tempo, em caso de fato superveniente onde reste demonstrado o interesse público, sem nenhum ônus para a Municipalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - São justificativas para a Rescisão Unilateral do Contrato, além das previstas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba qualquer indenização ao contratado:

I - Atrasos frequentes na prestação do serviço, ocasionando prejuízos aos alunos, em infringência a letra “a”, do Item 1 do edital, por culpa da contratada;

II - Quando houver paralisação injustificada dos serviços;



- III - Subcontratação sem autorização expressa do contratante, em infringência a letra “c” do Item 1 do Edital;
- IV - Negar-se o contratado a submeter seu veículo à vistoria trimestral, realizada por engenheiro mecânico, conforme manda a letra “f” do Item 1 do Edital;
- V - Negar-se o contratado a atender as exigências previstas na vistoria realizada pelo engenheiro mecânico, no prazo por este estipulado;
- VI - Não preencher a contratada os requisitos previstos na letra “j” do Item 1 do Edital;
- VII - Transportar outros passageiros no ônibus destinado exclusivamente ao Transporte Escolar que não sejam alunos;
- VIII - Negar-se a identificar o veículo destinado ao transporte, com a faixa externa TRANSPORTE ESCOLAR, nos moldes previstos na Lei Municipal 003/2003 e alterações, e no C.T.B.
- IX - Apresentar veículos em precário estado de conservação, que importem em desconforto e falta de segurança aos alunos transportados.
- X - Desobedecer ou descumprir as regras previstas na Lei Municipal 003/2003, que Institui o Programa Municipal de Transporte Escolar.
- XI - Desatender a determinação de substituição de veículos, prevista na letra “p” do Item 1 do Edital, quando esse não atender o interesse e as exigências do contratante.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As penalidades contratuais serão: advertência, multa, declaração de inidoneidade e suspensão temporária de participação em licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Em caso de **INADIMPLEMENTO** do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

I - Multa equivalente a até 10% sobre o valor do contrato;

II - Advertência;

III - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV da Lei 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Além de eventual Rescisão de contrato, ensejam a aplicação de multa os seguintes casos:

I - Atrasos frequentes na prestação do serviço, ocasionando prejuízos aos alunos, em infringência ao item do edital, por culpa da contratada;

II - Quando houver paralisação injustificada dos serviços;

III - Substituição do veículo vistoriado, sem autorização expressa do contratante;



IV - Substituição do motorista, sem comunicação prévia à SME, apresentado a qualificação do mesmo, bem como o curso de habilitação, conforme resolução 57/98 do CONTRAN.

V - Subcontratação do objeto sem autorização expressa do contratante.

VI - Negar-se o contratado a submeter seus ônibus à vistoria trimestral, realizada por engenheiro mecânico, conforme manda a letra “f” do Item 1 do Edital;

VII - Negar-se o contratado a atender as exigências previstas na vistoria realizada pelo engenheiro mecânico, no prazo por este estipulado, salvo justificativa plausível;

VIII - Transportar passageiros no ônibus destinado exclusivamente ao Transporte Escolar que não sejam alunos;

IX - Negar-se a identificar o veículo destinado ao transporte, com a faixa externa TRANSPORTE ESCOLAR, nos moldes previstos na Lei Municipal 003/2003 e alterações, e no C.T.B.

X - Deixar de apresentar o disquete do tacógrafo, previamente ao pagamento mensal do valor contratado.

XI - Descumprir as regras estabelecidas na Lei Municipal 003/2003 e alterações, que institui o Programa Municipal de Transporte Escolar.

XII - Desatender a determinação de substituição de veículos, prevista na letra “p” do Item 1 do Edital, quando esse não atender o interesse e as exigências do contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A advertência será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A multa será 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, no caso do item 13.3.1 do Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A multa será de 5% (Cinco por cento) sobre o valor faturado no mês da prática do ato, nos casos dos itens 13.3.3, 13.3.4, 13.3.8, 13.3.10 e 13.3.11 e 13.3.12 do Edital.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor faturado no mês da prática do ato, nos casos dos itens 12.3.2, 13.3.5 e 13.3.6, 13.3.7. e 13.3.9 do Edital.

PARÁGRAFO QUINTO: A decretação de Rescisão Unilateral e a aplicação de multa pelo contratante não eximem a contratada de ressarcir os danos causados, caso tenha ela dado motivo ao ato.

PARÁGRAFO SEXTO: O vencedor que se recusar injustificadamente em assinar o contrato para prestação do serviço objeto da licitação, estará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei Nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



CLÁUSULA VIGÉSIMA – Quaisquer dúvidas que venham a surgir entre as partes em razão deste Contrato serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de pleno e comum acordo firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma.

Candelária, 15 de fevereiro de 2019.

NESTOR RUBEM ELLWANGER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

ROGERIO L. POTHIN TRANSPORTES
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

ASS:

Nome:

RG:

ASS:

